



CARLOS SANTIAGO
csantiago@jj.com.br

Diocese

Doze vereadores de Jundiá participaram, ontem pela manhã, de um encontro regional (que é promovido duas vezes por ano) na Diocese de Jundiá. Com a temática da gestão da Saúde, uma palestra foi ministrada pelo padre Christian, licenciado em enfermagem e mestre em administração hospitalar e da saúde. Também foram abordadas questões ligadas ao SUS.

Prefeito responde

O prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) respondeu perguntas ao vivo, ontem à noite, no Facebook. Foram dezenas de questionamentos de cidadãos de Jundiá, que abordaram desde saúde até cultura e educação, entre outros temas. “Esse espaço é transparente para você colocar a sua opinião”, destacou o prefeito, enquanto recebia as questões e até críticas. Sobre o novo gestor de Educação, ele disse que em breve será anunciado. (P.M.)

Choque

O prefeito de Cabreúva, Henrique Martin (PDT), fez a entrega simbólica, para a Guarda Municipal, de quatro ‘pistolas de choque’ adquiridas pelo município. Ele comentou que as armas ‘não-letais’ são mais um investimento no sentido de fazer com que as ocorrências continuem diminuindo na cidade. A SSP registra queda nos furtos e nos roubos de veículos, nos últimos dois anos.

Na rua, não!

Em Jundiá, quem for pego urinando ou defecando em público poderá ser multado em até quatro Unidades Fiscais Municipais (UFMs), ou seja, em até R\$ 630,36. A lei nesse sentido (número 8.776) foi promulgada pelo prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB), e publicada na Imprensa Oficial do Município, na última sexta-feira (12). Portanto, já está valendo.

Antipichação

Depois de Jundiá aprovar lei multando, em até R\$ 37 mil, quem for flagrado pichando imóveis pela cidade, o assunto será, agora, discutido pelos vereadores de Várzea Paulista. Dois parlamentares daquele município (ambos do PV) apresentaram indicação ao prefeito Juvenal Rossi (da mesma sigla) pedindo que o Executivo encaminhe projeto de lei disciplinando a questão.

Visita

O presidente da Câmara de Jundiá, Gustavo Martinelli (PSDB), recebeu recentemente visita de parlamentares de Americana. Os colegas da cidade da região de Campinas vieram pedir a Martinelli apoio no trabalho que desenvolvem pela preservação do Rio Atibaia, que abastece a região. Antes de Jundiá, os americanos haviam passado pelas Câmaras Municipais de Vinhedo e Nova Odessa.

SESSÃO ORDINÁRIA

Projeto de lei fixa horário para que as agências bancárias recebam os carros-fortes, mas Executivo vetou

Vereadores debatem veto a horário para ‘abastecimento’ de bancos

CARLOS SANTIAGO
csantiago@jj.com.br

A Câmara Municipal de Jundiá avaliará, na sessão ordinária desta terça (16), se mantém ou deruba o veto do Executivo ao projeto de lei 12.080/2017. De autoria do vereador Paulo Sérgio Martins (PPS), o projeto foi aprovado na sessão realizada em 4 de abril e fixa horário para que as agências bancárias do município sejam abastecidas pelos carros-fortes. As unidades deverão receber e/ou retirar os respectivos valores fora do horário de atendimento ao público, segundo o texto.

O mesmo projeto também prevê uma multa em caso de descumprimento – de 100 Unidades Fiscais do Município (valor, que hoje, é de R\$ 15,7 mil) – que poderia dobrar e até triplicar, em caso de novas incidências.

O Executivo, no entanto, após veto total ao projeto. Em sua justificativa, a Prefeitura de Jundiá alega vícios de ilegalidade e inconstitucionalidade – e cita, inclusive, o caso do município gaúcho de São Francisco de Paula, em que lei semelhante chegou a ser aprovada e derrubada por força de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin).



PREVENÇÃO De acordo com projeto do vereador Paulo Sérgio Martins, as agências devem receber os veículos fora do horário de atendimento

Naquela cidade gaúcha, o horário de circulação dos carros-fortes foi fixado entre 20h e 7h. Na Adin, o município alegou ‘violação do princípio da razoabilidade’. O Tribunal de Justiça do RS, em sua decisão, citou ‘ingerência da Legislativo em matérias sujeitas à competência exclusiva do Executivo’ - e deu ganho de causa à prefeitura.

Ocorre que o autor do projeto em Jundiá também anexa um caso em que a questão foi parar na Justiça. Paulo Sérgio Martins cita, em seu texto, que o município de Catanduva aprovou lei similar – e que o caso, assim como na cidade gaúcha, foi parar na Justiça. A diferença é que, em Catanduva, a Justiça considerou ‘improcedente’ a Adin, ne-

gando que houvesse ‘vício de iniciativa’.

Obras sem conclusão

Outro item da ordem do dia é uma proposta de emenda à Lei Orgânica, de autoria de Antônio Carlos Albino (PSB), que veda a inauguração ou entrega de obra pública inconclusa ou inoperacional. Também serão avaliados

três itens que receberam pareceres contrários da Comissão de Justiça e Redação (CJR) da Câmara: o projeto 11.597/2014, de Marcelo Gastaldo (PTB), prevendo confecção e fornecimento, pela Municipalidade, aos alunos da rede municipal de ensino, de material informativo sobre educação, reutilização, preservação e uso racional da água; o projeto de lei 12.213/2017, de Arnaldo Ferreira de Moraes, o Arnaldo da Farmácia (PDT), prevendo plantão de Assistente Social nos complexos educacionais, culturais e esportivos; e o projeto de lei 12.221/2017, de Romildo Antônio da Silva (PR), exigindo a instalação de sistema de desarme automático de segurança em bomba de posto de revenda de combustíveis e vedando, após sua ativação, a sequência do abastecimento do veículo.

Serão apresentados outros três projetos: um (de autoria de Roberto Conde, do PRB), que institui, no calendário de eventos da cidade, o ‘Dia Municipal de Combate à Pedofilia’; outro, de Cristiano Lopes (PSD), instituindo o programa ‘Semana Municipal da Juventude’; e, por fim, um projeto do Executivo, instituindo o Diploma do Mérito Amigo da Guarda Municipal.

ENTREVISTA

Temer avalia aumentar faixa de isenção do IR

O presidente Michel Temer afirmou nesta segunda-feira (15) que avalia corrigir a tabela do Imposto de Renda para ampliar a faixa de isenção. Em entrevista a emissoras de rádio, ele considerou que houve até agora “uma primeira conversa” sobre o tema e ressaltou que examinará o assunto com “muito cuidado”.

O limite de renda mensal da atual faixa de isenção é de R\$ 1.903,98. A última correção da tabela de imposto foi realizada em 2015, pela ex-presi-

dente Dilma Rousseff.

“Houve apenas uma primeira conversa para verificar se seria possível ampliar a faixa limite para o Imposto de Renda. Se for possível, é claro. Se você aumenta a faixa de isenção, você está permitindo que muita gente possa economizar no pagamento do tributo para aplicar no varejo.”

O presidente não deu detalhes de quanto seria ampliada a faixa de isenção, mas refutou a possibilidade de dobrá-la, o que, na avaliação dele, se-

ria uma “coisa complicada”.

“Houve uma fala sobre a possibilidade de aumentar a faixa de isenção. Uma fala. Aqui no Palácio do Planalto, cadeiras e mesas têm ouvidos. Não há isso concretamente [dobrar a faixa]. Eu aprecio muitíssimo. Seria bom? Seria bom”, disse.

O presidente afirmou ainda que poderá vetar pontos da reforma trabalhista ou, como antecipou a Folha de S.Paulo, editar uma medida provisória com reivindicações da base

aliada, evitando, assim, que a proposta retorne para a Câmara dos Deputados.

Temer afirmou que poderia vetar, por exemplo, a exigência de laudo médico para mulheres grávidas e lactantes comprovarem que não podem trabalhar em locais com grau médio de insalubridade.

O peemedebista disse ainda que só colocará em plenário a reforma previdenciária quando o governo tiver ao menos 320 ou 330 votos garantidos da base aliada e afirmou

que talvez seja possível votá-la em primeiro turno na última semana de maio.

“Cada líder da base aliada está levantando nome por nome, porque não adianta ter 290 votos e levar para o plenário. Você só leva para o plenário se tiver 320 ou 330 garantidos para assegurar os 308 votos necessários. Então, o objetivo é talvez na última semana de maio, ou talvez na primeira semana de junho, conseguir votar o primeiro turno”, disse. (Folhapress)

EM NOVA YORK

Alckmin diz ter vontade para ser presidencial

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), disse nesta segunda (15) em Nova York que tem “vontade, agenda, programa, aliança e conhecimento” para ser candidato à presidência em 2018.

O governador, juntamente com o prefeito de São Paulo, João Doria, seu correligionário, está na cidade norte-americana para apresentar a investidores um programa de privatizações, concessões e parcerias no Estado.

Alckmin participou de um almoço em Wall Street para comemorar os 15 anos de presença da Sabesp na Bolsa de Valores norte-americana.

Ele disse que preferia não desenvolver o tema da candidatura por considerar que ainda não é o momen-

to adequado.

“Esse assunto encurta o governo atual”, declarou. Mas disse estar “preparado”.

Alckmin afirmou que a economia brasileira já superou a crise e que o governo Temer precisará ainda aprovar as reformas para que a disputa de 2018 se dê em bases melhores que as atuais.

O governador anunciou a criação de uma “holding”, ainda em fase de estudos, que incluiria a Sabesp e eventualmente outras estatais com vistas a privatizar subsidiárias voltadas para atividades específicas.

Ele também defendeu a realização de prévias no partido – além dele, são cotados como pré-candidatos do PSDB à presidência o senador Aécio Neves (MG) e o próprio Doria. (Folhapress)

NÃO É CANDIDATO

‘Nem a esquerda nem flores vão me intimidar’, diz Dória

O prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), reafirmou nesta segunda-feira (15) em Nova York que não é candidato à presidência nem ao governo em 2018.

Em café da manhã com empresários, Doria defendeu as reformas do governo Temer. Disse que nem a esquerda nem flores vão intimidá-lo, em referência ao episódio em que jogou fora flores oferecidas por manifestantes em protesto contra o aumento dos limites de velocidade nas marginais Tietê e Pinheiros.

Ele disse ainda que vem recebendo ameaças do que chamou de esquerdistas mais radicais. “Nem sob ameaças, que tenho recebido constantemente, sobretudo dos esquemas mais radicais, que pensam que

com telefonemas, cartas e e-mails, não vão me intimidar. Nem com flores. Não vão me intimidar.”

O prefeito encerrou o discurso com uma menção à bandeira petista: “Minha bandeira não é vermelha. É verde e amarela”.

Num discurso de 35 minutos, Doria defendeu também uma política de privatizações. Pregou venda de ativos da cidade, de mercados municipais a cemitérios. “Vamos colocar no setor privado até cemitérios, crematórios”, afirmou o prefeito, chamando a administração de cemitérios de foco de corrupção.

Segundo Doria, o estúdio do Pacaembu e os mercados não têm que estar sob o comando ao governo. O prefeito anunciou ain-

da para o próximo semestre a concretização da PPP da Iluminação.

“O governo passado [gestão Fernando Haddad, do PT] não conseguiu. Nós faremos. E é para já”, afirmou.

Após relatar sua trajetória até as eleições, Doria repetiu que “está político”. Embora negue qualquer pretensão eleitoral no ano que vem, Doria afirmou que “quem determina a eleição é o povo, não os caciques”.

Doria iniciou no domingo (14) uma série de encontros em Nova York para promover São Paulo e oferecer oportunidades de negócios para investidores. Na terça (16), ele vai receber o prêmio “Person of the Year”, da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos. (Folhapress)